



VIVER BEM. VIVER VERDE

PROGRAMA DE GOVERNO







1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu como proposta a partir de estudos da ONU e foi apresentado de forma mais acabada no encontro Rio-92. Está baseado em evidências científicas e pressupostos éticos. Trata-se de reavaliar todas as políticas públicas, a produção e consumo de bens e serviços, enfim as formas de viver e conviver que tanto o capitalismo quanto o socialismo defenderam/implantaram nos últimos séculos.

A nova proposta procura em cada ação individual ou coletiva equilibrar os fatores ecológicos/sociais/econômicos. E é um equilíbrio sempre móvel, mutável, pois a Terra está sempre em evolução, não é estática. Importante: não se trata de uma revanche ambiental, um predomínio do ambiental sobre o social e econômico, e sim uma equação equilibrada dos três fatores.

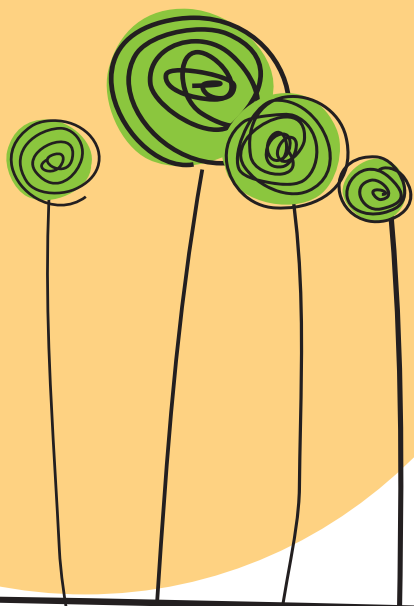
Nós humanos somos a causa dos problemas, e não haverá solução sem a nossa participação.

Estas ideias se materializaram em 1992 em três convenções que são ainda hoje os principais documentos base destas mudanças: as convenções do Clima (trata do aquecimento global, principal desafio econômico, social e ambiental do século XXI), da Biodiversidade e de Combate à Desertificação. A elas devemos acrescentar a preocupação mundial com o uso da água.

A necessária implementação das mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento sustentável exige também uma crescente governança global e um ambiente de democracia, cultura de paz e respeito aos direitos humanos.

A governança global não elimina a iniciativa local. Pelo contrário. O princípio da subsidiariedade proposto pela Igreja Católica no início do século passado é atualíssimo. Libera, estimula a energia do cidadão para ajudar a família, desta para a comunidade, desta para a região, desta para o país e deste para o território da Terra comum. Tudo que pode ser feito no nível local deve ser feito no nível local, sempre procurando observar o horizonte global.

Recentemente, um órgão brasileiro semelhante ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC - ONU), reunindo e revisando centenas de trabalhos de pes-





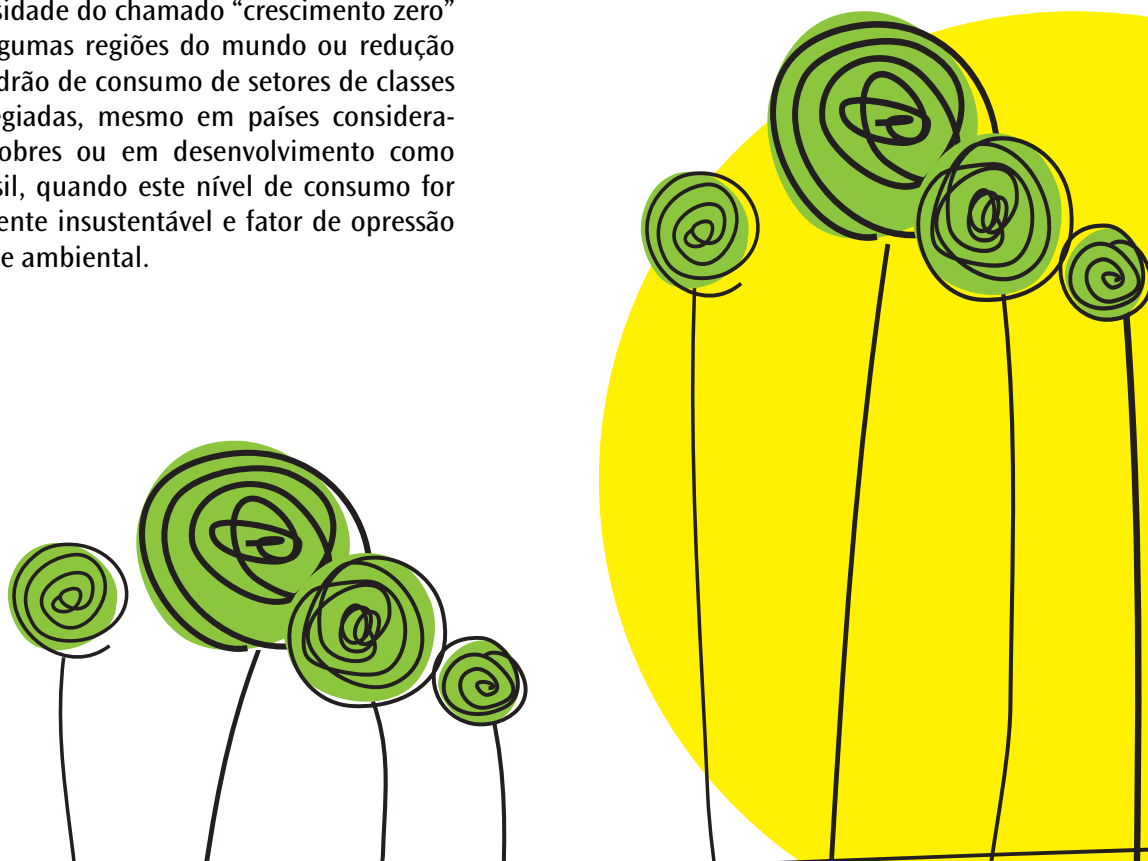
quisadores brasileiros, mostrou como a crise climática pode impactar os diversos biomas brasileiros e como é urgente a ação para promover a mudança de política e hábitos dos cidadãos em geral e dos líderes políticos, sindicais, empresariais, intelectuais, políticos, religiosos, populares etc.

Desenvolvimento sustentável não significa estagnação ou retrocesso na qualidade de vida. Pelo contrário, é melhoria da qualidade de vida feita de forma equilibrada, inclusive superando as inaceitáveis diferenças extremadas no nível de vida dentro dos países e entre países. Pode sim haver necessidade do chamado “crescimento zero” em algumas regiões do mundo ou redução no padrão de consumo de setores de classes privilegiadas, mesmo em países considerados pobres ou em desenvolvimento como o Brasil, quando este nível de consumo for realmente insustentável e fator de opressão social e ambiental.

Não é ocioso repetir que para nós a crise climática e da biodiversidade são os desafios mais importantes para a humanidade no século XXI. Todos os outros problemas, todas as políticas públicas devem ser revistas por este ponto de vista e rearticuladas de forma transversal a partir desta perspectiva.

Nosso aparente radicalismo se baseia nas evidências científicas atuais e na coragem de falar a verdade ao nosso povo mesmo que seja para propor mudanças de hábitos, o que sempre pode trazer certo grau de sacrifício.

O que o PV quer é mostrar que é possível um projeto para o Brasil que combine desenvolvimento sustentável, justiça social, cultura de paz com radicalização da democracia.





2. REFORMA POLÍTICA

“Como avançarmos em direção a um mundo no qual os ideais de liberdade e igualdade possam se concretizar de forma mais satisfatória incorporando a aceitação da diversidade como valor central num cenário que já é irreversivelmente global.” Jean Subirats / Barcelona.

Reforma política. Mais democracia. Política não é negócio. Política é para servir. O Brasil avançou com a redemocratização após a Constituinte 87/88. Em uma área, porém há estagnação ou retrocesso a cada ano: trata-se da qualidade da política. Os partidos, as instituições representativas legislativas e executivas não conseguem mais dar conta do necessário diálogo com a sociedade, cada vez mais informada, mais livre, mais exigente.

Temos que decifrar desafios cada vez mais complexos e não há aparato institucional na política preparado para ser espaço de amplo diálogo e resolução pacífica de conflitos normais numa democracia. A reforma mãe e mais urgente do momento é a reforma política para radicalizar a democra-

cia. Queremos mais democracia representativa, participativa e direta e menos corporativismo, clientelismo e burocracia cada vez mais pesada e cara. Seis pontos para mais democracia:

2.1. Nível Federal

Menos parlamentares e mais trabalho parlamentar. Salário de no máximo 20 salários mínimos. Máximo de dois servidores de carreira e um de livre provimento para cada parlamentar. Fim das verbas de gabinete. Fim de frotas de carros oficiais. Fim de emendas individuais ao orçamento. Extinção do Senado, pois a Câmara dos Deputados já garante o caráter federativo do processo legislativo quando distribui o número de vagas com um número mínimo de deputados para os estados menos populosos e um teto para os estados de maior população. Os estados mais populosos ficam assim sub-representados, e isto é um fator necessário de coesão federativa.

A Câmara Federal teria uma redução de 25% em cada bancada dos estados. Ficaríamos assim com cerca de 411 deputados. Reorganizar o trabalho legislativo de forma a torná-lo mais concentrado, gastar menos com viagens e permitir mais contato com os estados e cidadãos. Mais qualidade em Brasília com menos quantidade e despesas.





2.2. Nível Estadual.

Redução em 25% das bancadas estaduais em cada estado. Salário máximo de 20 salários mínimos. Um assessor de carreira e um de livre provimento para cada parlamentar. Fim de verbas de gabinete. Fim de frotas de veículos oficiais para parlamentares.

2.3. Nível Municipal

Aqui buscamos a fusão da democracia representativa e participativa. Aqui queremos aumento expressivo dos representantes municipais eleitos. Este deve ser o principal nível de renovação e vida política da nação, pois é o que está mais perto do povo e mais sujeito à sua influência direta e diária. Devemos aqui ter uma grande integração entre democracia representativa e participativa. Fim do salário para vereador.

Ser vereador é função de relevância pública. Ser vereador é uma honra para o

cidadão eleito pelo povo. Ser vereador é ser um militante de causas públicas. O vereador deve exercer uma ocupação profissional que lhe garanta renda e, em alguns dias da semana, conforme o tamanho da cidade, pode ter dispensa autorizada sem perda de salário e com ajuda de custo, se ficar provado que é necessário, para o exercício da vereança.

O vereador deve ter a capacidade de articular um coletivo de cidadãos voluntários que construam com ele o seu mandato. Fim das verbas de gabinetes. Fim das assessorias profissionalizadas. Fim das frotas de carros para vereadores. O importante para o parlamentar local é o contato com o povo no seu dia a dia e a disposição para estudar os problemas da cidade.

A cada território com 100 mil habitantes em uma cidade serão organizados os conselhos de cidadãos com 50 participantes eleitos diretamente, simultaneamente à eleição dos vereadores. Terão funções integradas e complementares às Câmaras Municipais, com participação na elaboração de projetos, de orçamento, debates sobre programas e obras prioritárias, fiscalização do executivo e diálogo com os movimentos sociais e cidadãos.

Não há salário para esta função. Só como exemplo,





2. REFORMA POLÍTICA

vejam o caso de São Paulo/capital e seus parques 55 vereadores para 11 milhões de habitantes. É um arremedo de democracia representativa. Com este novo sistema de democracia representativa/participativa teríamos cerca de 5.500 vereadores/conseheiros espalhados e acessíveis em toda a cidade.

2.4. Democracia Direta

Prioridade na tramitação legislativa para as iniciativas de leis populares. Normas mais flexíveis para consultas populares usando referendos e plebiscito. Explorar a possibilidade de consultas por via eletrônica ("internética") para agilizar, ampliar e tornar mais sustentáveis do ponto de vista orçamentário as consultas e debates populares sobre os problemas da cidade.

2.5. Voto Distrital Misto/facultativo

O voto distrital misto é uma forma que combina politização e transparência ideológica, aproximando o parlamento do cidadão, além de uma evidente e radical di-

minuição dos gastos de campanha. As campanhas estão cada vez mais caras e dependentes do poder econômico e estatal. Esse é um dos motivos do progressivo apodrecimento dos nossos parlamentos.

Com esta proposta, metade dos representantes seriam eleitos na lista partidária e a outra metade nos distritos eleitorais por voto majoritário. Limite muito estrito dos gastos máximos de campanha, facilitando o controle social e dos tribunais sobre os mesmos. Financiamento público de campanha permitindo doações de pessoas físicas com limite de valor por CPF. Voto facultativo. Voto é consciência.

2.6. Novo Plebiscito sobre o parlamentarismo

Mudar radicalmente a forma de montar o poder executivo. Pode ser paradoxal falar neste reforço do poder do parlamento exatamente neste momento em que ele é tão atacado em todo o país. Mas esta é a reforma decisiva para ampliar a democracia no Brasil e reformar profundamente o próprio parlamento. O atual modelo de presidencialismo imperial e centralizador estimula o messianismo despolitizador e regressivo.

Isto é sempre perigosamente flertar com o autoritarismo, ao mesmo tempo em que amesquinha e desmoraliza diariamente os parlamentos. O parlamento vive hoje à sombra



do executivo. Vive das sobras que caem da mesa orçamentária do presidente, governador ou prefeito, que servem para alimentar seu apetite clientelístico e corporativo. Além de desmoralizado o parlamento, hoje é irresponsável.

Afinal de contas, faça chuva ou faça sol, vá bem ou mal o nosso país, seja o executivo exitoso ou desastroso, os parlamentares têm os seus mandatos garantidos por 4 ou 8 anos! Não. Isto tem que acabar.

Se o governo é um desastre temos que ter recursos democráticos e institucionais previstos no parlamentarismo para mudá-lo a qualquer momento, sem que isto signifique um dramático risco de ruptura. Executivo e parlamento podem ter os seus

4 anos de mandatos normalmente se forem bons para o país, para o estado, para o município, porém devem ser substituídos democraticamente a qualquer momento, como prevê o parlamentarismo, se falharem gravemente nas suas tarefas. É isto que o parlamentarismo permite e o atual sistema não, salvo em raríssimos e dramáticos casos de impedimentos.





3. MAIS BRASIL E MENOS BRASÍLIA. FEDERAÇÃO/ESTADO

Nossa orientação é fortalecer a administração das políticas públicas nos municípios. A proximidade com os cidadãos abre oportunidade maior à participação e democracia direta. Garante também a expressão das diversidades locais e evita perdas de transmissão de recursos no percurso federal/estadual/municipal. Facilita a articulação transversal de políticas e a criatividade e diversidade nas propostas de inclusão social dos mais pobres.

A Constituinte de 87/88 já determinou uma visão de reforço da atuação municipalista que não foi explorada com toda consequência por causa da resistência de Brasília em repassar poderes e orçamentos; por sua tendência em manter burocracias pesadas para dirigir programas de cima para baixo, inclusive com interesses de domínio e manipulação política e social.

Para exercer plenamente seus papéis porém, os municípios devem existir de fato e não apenas como captadores de recursos federais e para manter pequenas burocracias políticas à custa dos recursos repassados. Nossa ideia é, na divisão dos

recursos totais dos tributos, deslocar progressivamente e por critérios automáticos estes recursos em direção aos estados e municípios, que deverão ser avaliados na sua aplicação por indicadores nacionais.

Os governos estaduais devem ajudar a agrupar municípios em regiões e consórcios para tornar mais eficientes as várias políticas públicas. Queremos descentralização com gestão territorial e intersetorialidade de políticas públicas.

Algumas tarefas que devem ser essencialmente municipais: Assistência social e superação da pobreza; educação infantil e fundamental; promoção, prevenção e vigilância em saúde; atenção básica e pronto atendimento em saúde; apoio e promoção de atividades de cultura, lazer e esportes; mobilidade urbana; transporte público em quantidade suficiente e qualidade adequada de conforto, usando combustíveis mais limpos; prioridade para os pedestres; calçadas verdes e acessíveis; apoio ao uso da bicicleta; pedágio urbano nas grandes cidades para moderar o uso de veículos individuais e gerar recursos novos para a expansão do transporte público; inspeção veicular cada vez mais abrangente e severa para promover a saúde e diminuir as emissões de gases efeito estufa; urbanismo; cidade compacta; cidade como local de convivência de trabalho/comércio/moradia/cultura/lazer e de convivência de classes sociais; desestímulo à formação de bairros e condomínios “gueto”; respeito e expansão das áreas verdes, das áreas de preservação permanentes, renaturalização de rios e córregos e arborização urbana; urbanização das favelas e loteamentos precários e ao mesmo tempo prevenção rigorosa de ocupações de áreas de risco e de preservação permanentes. A crise climática tem uma urgência máxima no país: **impedir que as enchentes e deslizamentos cada vez mais frequentes**





desalojem e matem a população pobre das cidades. Um dos principais indicadores de avaliação dos executivos deve ser número de desabrigados e mortes por desastres climáticos por ano.

Os governos estaduais devem ter como suas tarefas essenciais: educação média e superior; segurança pública; administração penitenciária; infraestrutura de transportes de cargas. O governo estadual, articulado com os municípios na gestão territorial, deve garantir: saúde especializada e hospitalar, transportes metropolitanos, saneamento básico (água/esgoto/ resíduos sólidos), proteção ao meio ambiente e ações de promoção de uma economia e agricultura de baixo carbono.

O governo federal deve ser um exemplo de estado coordenador, nem mínimo, nem hipertrofiado pelo câncer do clientelismo, da burocracia excessiva da politização da ocupação dos cargos. Não pode querer administrar ou impor de cima para baixo programas ou projetos aos estados e municípios.

Corte imediato dos gastos com cargos de confiança. Extinguir 50% deles. Analisar detidamente os outros 50% para chegar, se possível, a um máximo de 10% do número atualmente usado pelo governo federal.

Valorização do funcionário de carreira e concursado. Gestão de pessoal participativa e rigorosa com metas e formação continuada, planos de carreiras, estímulos e sanções quando necessárias.

Reforma imediata do “maior ministério do mundo”: 24 ministérios propria-

mente ditos, 10 secretarias com status de ministérios e 5 órgãos ligados à presidência com status de ministérios. Total: 39 ministros!

Proposta PV, 14 ministérios:

- 1) Seguridade Social (saúde e previdência).
- 2) Educação, Cultura e Esportes.
- 3) Trabalho, Desenvolvimento Social e Superação da Miséria.
- 4) Direitos humanos, Gênero, Nações Indígenas e Reparação das Sequelas da Escravidão.
- 5) Meio ambiente, Recursos Hídricos, Energia, Cidades.
- 6) Justiça.
- 7) Autodefesa.
- 8) Agricultura (reforma agrária, abastecimento e pesca).
- 9) Fazenda, Planejamento e Gestão.
- 10) Infraestrutura (transportes, turismo, comunicação).
- 11) Relações Exteriores.
- 12) Ciência e Tecnologia (indústria, comércio, mineração).
- 13) Amazônia.
- 14) Nordeste.

Pode parecer estranho que apareçam com destaque tarefas e propostas referentes a estados e municípios, porém isto é muito necessário para uma adequada divisão de tributos e para acabar de uma vez com a política de colocar de joelhos estados e municípios no altar do governo federal.





4. ECONOMIA VERDE

Manter os três princípios econômicos adotados pelo governo do presidente Itamar Franco e pelos governos que vieram depois, comandados pelo PSDB e PT nas últimas décadas, de superávit primário, câmbio flutuante e metas inflacionárias com responsabilidade fiscal. E acrescentar a esses princípios administrativos/econômicos metas socioambientais como critério de desempenho dos governos federal, estaduais e municipais. Com a vitória sobre a inflação conseguida com o Plano Real, a democracia brasileira tem conseguido avanços reais no campo social e econômico. Já o campo ambiental não tem tido a mesma sorte.

É claro que o desempenho nacional, mais ainda em época de intensa globalização, tem períodos de estímulos positivos e negativos da conjuntura internacional com reflexo nos nossos indicadores. Também o estilo de cada governo ajuda ou atrapalha o ambiente de trabalho no Brasil. Por exemplo, de estilo negativo podemos citar o uso político partidário de agências, estatais e bancos nacionais. Nos últimos anos têm

aparecido desvios como o estímulo ao consumismo insustentável, intervencionismo estatal, direcionamento de subsídios, estagnação na produtividade e inovação, conformismo com o sistema tributário infernalmente complexo e verdadeira peneira diante da sonegação. Tentativa de empurrar com a barriga a inflação pela manipulação de preços particularmente nociva para economia e para meio ambiente no caso dos combustíveis fósseis. Dificuldades em inserir o Brasil no comércio internacional. São dificuldades mas não é um fim do mundo, dá para corrigir. Dito isto, passamos a adiantar diretrizes que pretendem legitimamente imprimir um estilo verde na economia nacional.

4.1 Numa época em que tanto o interesse nacional quanto o interesse das demais nações deveria estar voltado para enfrentar o desafio maior da crise do aquecimento global, perda de biodiversidade e pressão sobre os limites do planeta, nosso objetivo na condução da economia é combinar a construção de um país com economia de baixo carbono com democracia, respeito à diversidade e promoção de maior igualdade. Em primeiro lugar, não tomaremos mais o crescimento do PIB como um parâmetro quase religioso para avaliar a vida do país. Adotaremos em seu lugar o IDH da ONU que leva em conta três fatores no seu cálculo: evolução do PIB per capita, indicadores de educação e indicadores de saúde.





Queremos completá-lo acrescentando um quarto parâmetro, que é o ambiental. Por exemplo, evolução da taxa de desmatamento, ou evolução dos níveis de emissão de gás efeito estufa no país.

4.2 Vamos assumir o compromisso de não aumentar a carga tributária em percentual do PIB hoje em 36%, e estudar formas de procurar reduzi-la.

4.3 Uma empresa no Brasil gasta 2.600 horas/ano para tentar processar e pagar todos os impostos. Nos outros países da América Latina, esta média fica em cerca de 300 horas/ano! Defendemos a adoção de um imposto único arrecadatário sobre movimentação financeira, baseado na proposta do professor Marcos Cintra, em substituição aos atuais impostos arrecadatários federais. Ficam preservadas, claro, como prevê a proposta original, taxas por serviços individualizados, tributos com função regulatória ou fiscalizadora.

O fato de termos um imposto único arrecadatário federal não é impeditivo que o governo federal tenha políticas que procurem equilibrar os fatores ambientais/sociais/econômicos, pois sempre teremos um forte poder de estímulo ou de estímulo usando o poder de uma política de compras e licitações sustentáveis, por exemplo, ou revogando os subsídios para atividades da antiga economia carbono intensivo. Pode se lançar mão também de CIDEs para metas específicas de indução da economia de baixo carbono ou proteção de nossa biodiversidade. Será negociada de forma gradual a adesão dos estados e municípios para substituição dos tributos municipais e estaduais pelo imposto único arrecadatário.

Será adotada uma alíquota nas movimentações financeiras que permita manter integralmente a atual arrecadação federal de forma não a sofrer a nação qualquer turbulência orçamentária ou prejuízo nos atuais programas e políticas públicas em andamento.

Esperamos uma grande economia na burocracia pública e privada, o que poderá se reverter em aumento de nossa competitividade, concorrência, inovação, investimentos, mais trabalho e melhorias nos serviços oferecidos à população. É importante lembrar que, apesar desta economia, isto não quer dizer que não teremos um forte e profissional aparelho de fiscalização que vai herdar um corpo altamente preparado e de carreira já montado em todo Brasil para garantir a arrecadação





4. ECONOMIA VERDE

e reprimir possíveis desvios de conduta.

Com o tempo e acompanhando o desempenho do tributo único arrecadatário federal, pode-se estudar com segurança se é possível reduzir alíquotas para diminuir a carga tributária sem prejuízo da constante busca de melhoria dos serviços públicos e assim aumentar a competitividade nacional.

4.4 Agricultura

O PV considera a agricultura uma das atividades econômicas e culturais mais importantes da humanidade. Talvez a mais essencial à nossa vida. Os métodos sustentáveis que vão conformar a nossa nova forma de viver precisam então ser construídos por todos que trabalham com a terra.

Trabalhadores rurais ou proprietários pequenos, médios, grandes, muito grandes. Todos precisam ajudar nesta transição, e o próprio cidadão consumidor terá um papel decisivo neste processo pelo lado da demanda. O PV não se recusa a dialogar a este respeito com ninguém. E sabemos que já existem avanços e mesmo empreendimentos realmente sustentáveis e até orgânicos entre os grandes. Porém, não seria transparente não dizer que o PV tem sua preferência pela agricultura familiar, pela pequena e média

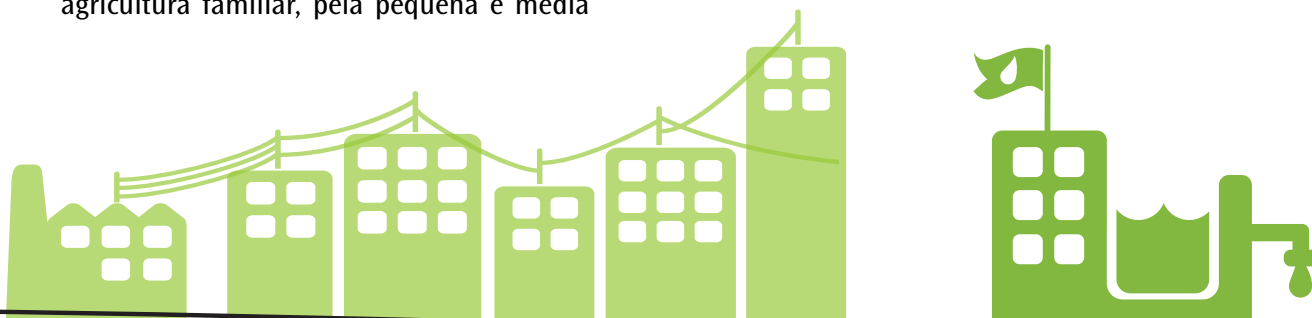
propriedade, pois são as modalidades que podem evoluir com mais rapidez para sustentabilidade.

O PV é decididamente favorável à transição para o estilo orgânico de agricultura. Somos decididamente contrários ao uso de agrotóxicos que prejudiquem a biodiversidade, a saúde dos trabalhadores do campo e a saúde dos consumidores em geral. É preciso iniciar já uma transição para reduzir nossa dependência em relação a este tipo de insumo agrícola. Não é possível admitir crescimento à custa de danos ambientais. Uso em excesso de nitrogênio e fósforo em fertilizantes. Exploração excessiva de oceanos e rios pela pesca.

O PV é decididamente favorável ao respeito à nossa legislação ambiental, mesmo tendo sido derrotado na última votação do atual Código Florestal no congresso nacional. Não vamos desistir do nosso direito de procurar melhorá-lo em novas rodadas legislativas, porém o que está estabelecido é para ser cumprido.

Desta forma, queremos nos colocar abertos à construção de consensos que, sempre respeitando os limites legais, possam significar uma evolução para uma agricultura cada vez mais limpa, mais saudável, mais competitiva no mercado brasileiro e mundial, e que garanta a segurança alimentar em quantidade e qualidade aos brasileiros.

4.5 A água é atualmente, e será no futuro, questão fundamental para o desenvolvimento sustentável e foco de conflitos nacionais, internacionais, transnacionais. As mudanças climáticas afetam os recursos hídricos em todo o mundo, com secas





prolongadas, desertificação e inundações de grandes áreas. A ONU estima que, até 2025, 30% da população mundial estará enfrentando severa escassez de água.

O Brasil, em cujo território está 12% de toda a água doce superficial do planeta e grandes aquíferos subterrâneos, tem uma responsabilidade ímpar com a proteção dos mananciais, rios, águas subterrâneas.

A disponibilidade e qualidade da água para consumo, direto ou indireto (agricultura, agropecuária), está diretamente relacionada aos nossos modos de vida, práticas agrícolas, práticas de construção, aglomerações urbanas, geração de energia.

Nosso compromisso é cuidar, com prioridade e equanimidade, dessa riqueza e garantir sua acessibilidade a todos.





5. ENERGIA

A produção e uso de energia no Brasil representa cerca de 10% de toda a atividade econômica do país, aproximadamente 300 bilhões de reais por ano, despendidos principalmente com eletricidade e derivados de petróleo.

O setor de energia é, portanto, um importante setor da economia. Mais do que isto, o que se faz neste setor – ou o que se deixa de fazer – tem uma importância fundamental para um desenvolvimento sustentável ou predatório pelas razões seguintes:

- A poluição do ar nas grandes cidades depende criticamente dos combustíveis que se usa e de como eles são usados;
- A adoção de um modelo rodoviário para transportes está estrangulando hoje as grandes cidades brasileiras;
- A expansão do sistema de produção de energia elétrica está originando problemas ambientais e sociais crescentes à medida que o potencial hidroelétrico das regiões Sul-Sudeste se esgota e os novos empreendimentos se deslocam para a Amazônia. As termelétricas que deveriam operar de forma emergencial atuam hoje com altos custos de importação de combustíveis fósseis;
- A ênfase dada à exploração e produção de petróleo a grandes profundidades na plataforma continental (Pré-Sal) tem o potencial de tornar o país um exportador de petróleo, mas ao mesmo tempo exaurir a capacidade de investimento da Petrobras, direcionando-a prioritariamente para atividades de alto risco e comprometendo todos os seus recursos financeiros quando existem outros investimentos de menor risco na área de energias renováveis.

É preciso, contudo, atentar para o fato de que o consumo de energia “per capita” dos brasileiros é ainda de aproximadamente metade do consumo de países de clima ameno da Europa, como Portugal e Espanha. Não há dúvida, portanto, que na média ele terá que crescer nas próximas décadas para nos levar a um patamar de desenvolvimento comparável ao destes países e corrigir as grandes desigualdades no acesso à energia que caracterizam nosso país. É essencial também que o aumento da oferta e o consumo sejam feitos de forma eficiente, sem comprometer nossos recursos naturais e sem ampliar as emissões de gases de efeito estufa.

5.1. Tráfego Ferroviário

Para um país ao mesmo tempo altamente urbanizado e de dimensões continentais como o Brasil, o principal problema estrutural no qual a energia tem impacto direto é o de transporte, tanto urbano como de longa distância.

A adoção de um modelo rodoviário no Governo de Juscelino Kubitschek na década dos anos 50 do século passado teve como consequência imediata o abandono progressivo das ferrovias para transporte de cargas e a introdução tardia do metrô nos grandes centros urbanos. A única grande ferrovia em construção no Brasil é a Norte-Sul, que foi iniciada há mais de 20 anos e está longe de ser concluída.

Todos os países com extensão territorial parecida com o Brasil, como os Estados Unidos, a China, Rússia e Índia, mantiveram a opção ferroviária apesar da expansão do tráfego rodoviário que caracterizou a segunda metade do século 20. Nos Estados Unidos, apesar do seu magnífico sistema de rodovias, mais da metade do transporte de cargas é feito por tráfego ferroviário.

Reavivar e construir novas ferrovias é um objetivo que terá que ser adotado. Mais ainda, o enorme litoral do país aponta para a reativação do tráfego marítimo para o transporte de mercadorias para as regiões mais distantes do país e modernização dos portos.

Além disso, o tráfego ferroviário pode, em boa parte,



ser eletrificado, o que é uma vantagem adicional para um país como o Brasil. Além de mais eficiente no seu uso, energia elétrica é produzida de fontes renováveis de eletricidade (em sua maioria hidroelétrica) em contraste com os outros países, que usam derivados de petróleo como combustível, muito mais poluentes.

5.2. Hidroeletricidade

O Brasil tem um potencial de geração de cerca de 250 milhões de quilowatts de eletricidade, dos quais um terço já está sendo utilizado. A capacidade instalada tem crescido cerca de 4000 quilowatts por ano. Do ponto de vista técnico, é possível dobrar o potencial utilizado, o que permitiria para os próximos 20 anos manter a expansão da produção de energia hidroelétrica num nível satisfatório.

O problema é que esta expansão poderá ocorrer na Região Amazônica, o que gera conflitos de natureza social e ambiental. E exige um desenvolvimento técnico especial para não degradar um bioma tão complexo.

A construção de usinas afeta a população local, sobretudo quando grandes lagos são formados como reservatórios de água para permitir o funcionamento da usina nos períodos do ano em que não chove. Frequentemente 10 ou 20 mil pessoas são afetadas e têm que ser deslocadas. Há também problemas ambientais decorrentes das obras realizadas e da indução da ocupação no entorno do empreendimento.

Por outro lado, cada milhão de qui-

lowatts instalado numa hidroelétrica gera eletricidade suficiente para atender às necessidades de pelo menos dois milhões de pessoas, que em geral vivem a milhares de quilômetros da usina geradora. Há aqui um claro conflito e a necessidade de tomar decisões difíceis. Sucessivos governos se revelaram incapazes de resolver estes problemas.

Só um planejamento criterioso, que se debruce sobre todos os lados do problema, pode resolver estes conflitos. Uma possibilidade é sempre negociar e implantar as compensações ambientais e sociais antes e só depois iniciar a construção de novas usinas hidroelétricas licenciadas.

5.3. Eficiência Energética

A eficiência dos equipamentos que usam energia no país é, de modo geral, inferior à dos similares usado no exterior. Automóveis consomem mais de 1 litro de combustível para percorrer 7 ou 8 quilômetros quando poderiam cobrir o dobro dessa distância com a mesma quantidade de energia. O mesmo ocorre em geladeiras que consomem o dobro de eletricidade do que congêneres estrangeiras ou fogões a gás e outros utensílios domésticos que têm desempenho ineficiente.

A adoção de automóveis e ônibus elétricos é desestimulada e o uso da bicicleta tem importância subestimada. O que se impõe aqui é introduzir novos equipamentos e modelos mais eficientes, retirando do mercado, ao longo do tempo, os menos eficientes. Isto é feito através de normas, leis e regulamentos que gradualmente exijam padrões de desempenho cada vez melhores. Tais procedimentos foram introduzidos em 1980 na Califórnia, que hoje é o estado com melhores índices de eficiência nos Estados Unidos. O consumo de eletricidade naquele estado é cerca da metade do consumo "per capita" no país como um todo.

No Brasil a Lei 10.295 de 2002 permite adotar procedimentos similares, mas até hoje eles têm sido introduzidos, com poucas exceções, como voluntários. Há uma resistência das indústrias para que estes se tornem mandatórios.

Essa introdução deve ser gradual e não necessita de



5. ENERGIA

recursos orçamentários (como é o caso da construção de hidroelétricas ou ferrovias), mas apenas de vontade política e decisão de implementar a Lei.

5.4. Energia Elétrica

Problemas conjunturais foram criados nos últimos anos por decisões políticas. Eles precisam ser resolvidos para permitir que os problemas estruturais possam ser melhor equacionados. Os principais problemas na área energética são os leilões para construção de novas usinas para geração de eletricidade, a renovação das concessões e a administração dos preços de venda de derivados do petróleo.

Desde 2004 o Governo Federal, através da EPE (Empresa de Planejamento Energético), tem feito leilões para a construção de novas usinas geradoras com a finalidade de expandir o sistema.

Por opção política, foi adotada a regra de fazer com que todas as formas de energia (hidroelétrica, térmica, eólica, biomassa) competissem em igualdade de condições nos leilões com um preço máximo (para o quilowatt/hora) fixado pela EPE. A justificativa para tal procedimento é aparentemente beneficiar o consumidor, já que competição levaria à queda de preços, garantindo a “modicidade tarifária”.

Na prática o resultado é que todas as fontes alternativas às hidroelétricas foram excluídas da competição. Só mais recentemente fontes de energia eólica começaram a competir devido ao fato de haver um excesso de oferta de equipamentos e uma redução

na demanda de equipamentos devido à crise econômica global.

O procedimento usado pela EPE não se justifica porque não é possível produzir energia elétrica sem atentar para suas especificidades tecnológicas locais e operacionais. Como as tecnologias envolvidas são diferentes, resultam em impactos socioambientais diferentes.

O procedimento correto seria a realização de leilões regionais e estabelecer preços máximos diferentes para cada fonte (eólica, biomassa, gás etc). Gradativamente estes preços máximos deveriam cair para os leilões realizados a cada ano, encorajando a competição e abrindo espaço para energias renováveis. As novas fontes, mais limpas, precisam de subvenções em seus estágios iniciais de maturação. Essa é uma forma mais racional de se aplicar recursos públicos, comparativamente à ênfase nos combustíveis fósseis.

Outro problema conjuntural foi a decisão do governo federal de antecipar a renovação das concessões de usinas hidroelétricas previstas para os próximos anos, desde que a tarifa de venda de energia ao consumidor fosse reduzida em 20%. A medida foi considerada demagógica e levou as empresas do sistema Eletrobrás à insolvência, sendo necessários recursos do Tesouro Nacional para viabilizá-las. No fundo, a população em geral (através dos impostos) pagou pelos descontos que os consumidores recebiam, favorecendo claramente as indústrias intensivas no consumo de eletricidade.

O procedimento correto deveria ter sido esperar que as concessões se esgotassem (geralmente num prazo de 30 anos) e que o governo as licitasse novamente, estimulando a concorrência entre os atuais detentores das concessões e novos competidores. Isso certamente levaria à redução permanente das tarifas.



5.5. Petróleo e Etanol

O entusiasmo nacionalista gerado com a descoberta de campos de petróleo com grandes reservas na camada de pré-sal fez com que o governo federal deixasse de realizar novos leilões para exploração desde 2008, com a expectativa que a Petrobras o fizesse.

Esta política se revelou equivocada porque a capacidade de investimento da Petrobras não foi suficiente para arcar com os investimentos que são necessários e manter os atuais campos em produção.

Com isso caiu a produção, o que, combinado com atrasos na construção de novas refinarias, levou a Petrobras a importar petróleo e derivados. Além disso, o governo administra os preços de venda do diesel e gasolina e não tem permitido que eles acompanhem o aumento do custo de petróleo importado.

A justificativa para tal política é a necessidade de combater a inflação, o que levou a Petrobras a vender derivados de petróleo a preços inferiores aos que paga por eles no exterior. O resultado foi um endividamento crescente e uma queda vertiginosa do valor das suas ações. Além disso, a Petrobras vem adquirindo grandes quantidades de gás natural liquefeito no mercado “spot” a preços mais altos que os dos fornecimentos normais para operar termoeletricas.

Uma consequência colateral da política de preços artificiais da gasolina foi a “asfixia” da produção de etanol da cana de açúcar, uma vez que os preços de venda do produto são indexados aos da gasolina e se mantêm

constantes desde 2007. Isso é totalmente irrealista, já que os outros insumos usados na produção do álcool (como fertilizantes) aumentaram de preço, acompanhando a elevação dos custos do petróleo no exterior.

A solução para estes problemas é adotar uma política realista de preços, que acompanhe o custo real do petróleo no exterior. As consequências inflacionárias destes aumentos - se forem reais - precisariam ser compensadas por outras medidas antinflacionárias que não levem à deterioração das contas da Petrobras e à destruição do Programa do Álcool.

O maior programa de energia renovável do mundo, que é o uso do Etanol, deve ser apoiado e não estrangulado como está sendo.

5.6. “Descarbonização” da matriz energética

A “descarbonização” da matriz energética significa, basicamente, a substituição das fontes que emitem mais carbono (especialmente CO₂) para cada unidade de energia final por outras menos emissoras. As fontes renováveis (hidráulica, eólica, solar, biomassa moderna) são as mais “limpas” nesse sentido e, por definição, não exauríveis. Assim, além de poluírem menos, elas têm seu fornecimento perene, aumentando a segurança energética e reduzindo a dependência de custosas importações.

Os países desenvolvidos e alguns emergentes (como a China) reconhecem esse valor estratégico, aliado aos benefícios da criação de mais empregos e de competitividade econômica. Hoje, além de suprirem suas necessidades com essas fontes, exportam equipamentos e serviços, melhorando seus balanços de pagamento.

O rápido desenvolvimento tecnológico dos novos renováveis foi alavancado por políticas racionais, que subsidiaram esses sistemas durante sua maturação. Hoje, muitos já são competitivos com o petróleo, carvão e gás natural, a ponto de países da OPEP se preocuparem com tal concorrência e passarem também a desenvolver sistemas renováveis.

O Brasil possui uma matriz altamente renovável, mas



5. ENERGIA

esta prevalência está sendo ameaçada pela desindustrialização (que afeta equipamentos), pelos subsídios à gasolina (que afetam a cadeia do etanol e bioenergia) e pela priorização da exploração do petróleo (em detrimento de outras formas de infraestrutura energética mais descentralizadas, resilientes e limpas como a solar e a eólica).

O Brasil tem natureza para ser o campeão mundial de energia solar. Não pode se conformar, em uma copa do mundo de energia solar, em ser desclassificado nas eliminatórias e ver outros menos aquinhoados pela natureza, como Alemanha e China, jogarem a final da competição.

5.7. As perspectivas do Pré-Sal

À medida que as reservas “tradicionais” de petróleo se esgotam – como está ocorrendo com os poços da Petrobras na Bacia de Campos – as empresas petrolíferas procuram desenvolver técnicas para retirar petróleo de reservas “não tradicionais” como areia asfáltica no Canadá ou exploração em grandes profundidades. O petróleo “não convencional” é mais difícil de produzir e consequentemente o seu custo é mais elevado.

A estratégia de todas as empresas de petróleo é a de que o preço elevado justifica exploração em áreas mais difíceis. Em outras palavras, elas acreditam que a demanda por petróleo vai continuar a aumentar, e que com isso os preços do petróleo vão também aumentar, e isto justifica a procura de petróleo mais problemático e mais caro.

Esta estratégia enfrenta três desafios sérios:

- Problemas técnicos e econômicos,
- Problemas ambientais e
- Alternativas ao uso de petróleo.

No Brasil a Petrobras concentra seus esforços nos depósitos chamados de Pré-Sal, situados a grandes profundidades (mais de cinco quilômetros) debaixo de uma camada de sal de cerca de dois quilômetros de espessura.

Os problemas técnicos e econômicos do Pré-Sal são imensos e o fracasso das tentativas de Eike Batista em produzir petróleo ilustram bem estas dificuldades. Localizar petróleo nas profundezas do oceano é uma coisa, trazê-lo para a superfície e leva-lo até uma refinaria é outra. O otimismo permanente da Petrobras de que todos estes problemas vão ser resolvidos não ajuda muito, nem a falta de transparência sobre os custos do petróleo produzido. Estimativas não oficiais dão conta de que eles seriam superiores a 50 dólares por barril produzido. Em comparação, petróleo “convencional” custa menos de 10 dólares por barril para se produzir e o fato de ser vendido a mais de 100 dólares por barril é consequência de acordos políticos e comerciais dos países produtores que fazem parte da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

Os problemas ambientais da exploração de petróleo em grandes profundezas são na realidade “terra incógnita”. Não há muita experiência prévia das companhias internacionais nesta área e a liderança da Petrobras em exploração em águas profundas traz consigo problemas novos. Prudência e humildade seriam uma boa estratégia a seguir.

Quanto a acidentes na produção de petróleo, é útil comparar a experiência dos Estados Unidos, Noruega, Inglaterra e Brasil.

As empresas de petróleo classificam acidentes em várias categorias:

- Segurança ocupacional
- Colisões
- Pequenos incêndios
- Perda total de poços de petróleo

Os Estados Unidos, devido ao acidente da British Petroleum no Golfo do México, têm o pior desempenho em todas



as categorias. O Brasil, contudo é o pior em colisões e pequenos incêndios. A Noruega é melhor líder em segurança. Custos elevados na produção de petróleo “não convencional” são o “calcanhar de Aquiles” desta estratégia e podem justamente inviabilizá-la porque tornam mais competitivas as alternativas ao petróleo.

Quais são estas alternativas?

- Gás de xisto, que está sendo produzido em grandes quantidades e a baixo custo nos Estados Unidos e que está levando a uma redução de importações de petróleo daquele país. Com mais petróleo disponível no mundo, seu custo deverá cair, embora a um preço ambiental muito mais alto, especialmente no caso da extração do gás do xisto, que é altamente danoso aos recursos hídricos mais valiosos que o combustível fóssil.
- Automóveis elétricos ou híbridos que usam eletricidade substituindo derivados de petróleo. Eletricidade pode ser produzida usando hidroelétricas ou energia solar e eólica, reduzindo também as importações de petróleo dos Estados Unidos e países da Europa.
- Aumento da eficiência dos motores usados na indústria automobilística, que também está ocorrendo desde 1980. Tanto a União Europeia como os Estados Unidos fixam de tempos em tempos a quilometragem média que os veículos automotores devem atingir. Por exemplo, nos Estados Unidos ela foi fixada em 10,6 quilômetros por litro em 1975, deverá atingir 16,6 quilômetros por litro em 2016 e 23 quilômetros por litro em 2025. Com isso, se a frota não aumentar muito, o consumo de derivados de petróleo diminui.
- A produção de biocombustíveis como eta-

nol da cana de açúcar no Brasil e de milho nos Estados Unidos. Hoje, eles substituem 3% do petróleo que é consumido no mundo, mas esta percentagem poderá facilmente atingir 10%. Há aqui uma grande oportunidade para o Brasil exportar sua tecnologia de produção de cana de açúcar e de produção de etanol, que já atingiu um elevado nível de produtividade.

Em conclusão, o que se pode dizer é que grandes empreendimentos em petróleo como o Pré-Sal têm grandes riscos. O que a prudência recomenda é que a Petrobras deveria tentar reduzir os seus custos e riscos com outras empresas petrolíferas mundiais com experiência nesta área.

Contudo, o que estamos presenciando nas políticas adotadas pelo governo brasileiro na área de petróleo desde 2008 é exatamente o oposto. A Petrobras ficou sozinha na exploração do Pré-Sal, endividando-se enormemente ao ponto de suas ações terem perdido cerca de 80% do seu valor nos últimos anos. Contribui para isto o congelamento dos preços de derivados de petróleo, o que levou a empresa a vender gasolina com prejuízo e, no processo, asfixiando o Programa do Álcool de cana de açúcar.

Só em 2013 foi realizado um leilão para exploração no Pré-Sal, com resultados pouco encorajadores e cujas consequências ainda é cedo demais para avaliar.

Este não é o caminho a seguir e uma correção de rumos torna-se cada vez mais urgente.

Obs: todo o item 5 e seus subitens estão baseados de forma livre em textos do Prof. José Goldemberg.

Em Tempo: Na questão nuclear nossa diretriz é a tradicional do PV em todo o mundo, somos contrários. Não queremos sua expansão no Brasil e queremos que se programe a desativação das usinas existentes no litoral do Rio de Janeiro.



6. PREVIDÊNCIA SEGURA

O orçamento federal tem uma arrecadação em tributos correspondente a 36% do PIB. Ele gasta quase 7% do PIB em benefícios do INSS para a população em geral e quase 4% do PIB na previdência do setor público federal, e não estamos levando em conta os gastos estaduais e municipais.

Associem este dado, que reflete um quadro de flagrante desigualdade de direitos, com a transição demográfica que levará a uma presença cada vez maior de idosos com mais expectativa de vida. Esperamos que seja mais vida saudável e ativa. A relação aposentado/trabalhador ativo tende ao equilíbrio e depois se inverte. Nós já tínhamos conhecimento destes dois fatos há pelo menos duas décadas.

Infelizmente os últimos governos e congressos não prepararam uma transição mais suave no final dos anos 80 e início dos anos 90 do século passado. Alguns ajustes foram feitos nos governos PSDB e PT, porém são insuficientes diante da extensão do problema social e econômico que viveremos se não agirmos já.

Nossa proposta é preservar os direitos adquiridos do setor público e privado legalmente constituídos e criação, para todos novos contratados dos setores público e privado, de um regime básico único de previdência nacional. Para todos, quer dizer para todos: alto burocrata, deputado, camponês ou empresário.

O regime único usará o atual regime do INSS como ponto de partida, mantendo os tipos possíveis de aposentadoria - por contribuição, idade, invalidez, especial em casos de profissões insalubres e perigosas.

Podem ser necessários ajustes quanto a tempo de contribuição e idades mínimas. Queremos estudar a possibilidade de aumentar o teto máximo da aposentadoria, passando do atual, aproximadamente 6 vezes o salário mínimo, para 10 vezes o salário mínimo. Acima do teto de 10 salários mínimos o cidadão deve buscar participar de previdência complementar se for o caso.

Além dos aspectos econômicos/orçamentários, insistimos no aspecto da justiça. Este novo formato certamente será um fator de coesão nacional e reconhecimento de vivermos num país mais justo e mais igualitário. Não é fácil falar isto, porém não falar é ser conivente com a desigualdade atual e omisso com o futuro da relação trabalho/aposentadoria no país.





7. SAÚDE E EDUCAÇÃO

O PV quer se comprometer com os atuais movimentos da sociedade civil que lutam por mais recursos para as políticas públicas de saúde e educação. As duas áreas terão, junto com os estímulos à economia de baixo carbono e de combate ao aquecimento global (agricultura mais limpa, combate ao desmatamento, energias renováveis, transporte público limpo), a prioridade nos recursos que remanejarmos no orçamento, os que vamos conseguir com a reforma tributária do imposto único arrecadatório federal e os que vamos recuperar com cortes nos gastos públicos que faremos com uma política de maior austeridade em Brasília. Porém não queremos ficar numa floresta de prioridades comuns em programas partidários e eleitorais particularmente nestas áreas. Queremos apontar as árvores da floresta que serão prioritariamente apoiadas, pelo menos no início do processo.

7.1 Carreira nacional para professores e profissionais de saúde.

Numa primeira etapa a carreira estará disponível na educação para os professores do ensino fundamental e na saúde para os profissionais que atuam no programa saúde da família (agentes comunitários, enfermeiras e médicos). É uma carreira nacional. Não é federal. Poderão aderir servidores públicos de estados e municípios que queiram participar do programa e mesmo trabalhadores das entidades que trabalham para a rede pública de alguma maneira regular. As entidades parceiras do PSF participarão desde o início.

Haverá um piso nacional para os profissionais, que podem ter adicionais municipais, estaduais ou federais por trabalharem em locais de mais difícil acesso e mais precárias condições de vida. O governo federal coordenará, a cada 5 anos, concursos de acesso de maneira que os profissionais vão subindo de nível, se aprovados, podendo chegar até um nível 6 máximo das suas respectivas carreiras. O pagamento é garantido por um fundo nacional específico, para onde são destina-





7 SAÚDE E EDUCAÇÃO

dos recursos federais, estaduais, municipais devidamente acordados e proporcionais ao número de profissionais incluídos.

Esperamos que este grande conjunto de trabalhadores de saúde e educação, além das condições dignas de salários, trabalho e boa formação, sejam um fator decisivo de coesão e solidariedade nacional. E deverão ter o devido respeito e reconhecimento por isto. São uma esperança de difusão de valores e exemplo pela sua postura, capazes de inspirar as novas gerações que terão contato com eles.

7.2. O currículo do ensino fundamental

Deve, ao lado dos conteúdos tradicionais, dar mais destaque para formação de valores, inclusive o valor do trabalho, da solidariedade, do respeito à diversidade, a observação da natureza e música.

7.3. O orçamento da saúde dará ênfase aos aspectos de educação para promoção e prevenção na saúde

É preciso que as próprias pessoas assumam de forma autônoma e informada suas responsabilidades com sua própria saúde e de sua família. É preciso que as outras políticas públicas assumam também suas responsabilidades neste campo da atenção à saúde. Por exemplo, no caso do transporte, reduzindo a poluição do ar proveniente de

veículos que usam diesel e gasolina e circulam muitas vezes desregulados pelas cidades. Por exemplo, na agricultura, produzindo alimentos orgânicos e saudáveis e na indústria de alimento adotando limites adequados de açúcar, sal e gorduras. Isto é também uma questão orçamentária que visa regular o crescimento teoricamente infinito das demandas por atenção à saúde.

Nossas prioridades neste campo são hipertensão, diabetes, obesidade, vida saudável para os idosos, poluição do ar, violência, dependência de drogas legais ou ilegais.

7.4 Planejamento Familiar

É um direito básico e precisa ser ofertado extensa e generosamente a todas as pessoas. Está incluída a opção por esterilização voluntária. Além de ser um elemento de estabilidade familiar, tem implicações no aumento da autonomia feminina e na redução dos índices de pobreza e violência. É um direito constitucional.

7.5. A interrupção da gravidez não é planejamento familiar

É falta ou falha do planejamento. É uma questão muito difícil, pois envolve aspectos religiosos e filosóficos que devemos respeitar. Nós não estimulamos a prática do aborto, pois ele é sempre traumático para a mulher que se vê obrigada a praticá-lo e traumático também para seu companheiro se a ama de verdade. Porém nós não podemos ignorar esta realidade de sofrimento de muitas mulheres que por algum motivo muito forte recorrem a ele a cada ano. Nós não concordamos em criminalizá-las.

Por isto queremos a legalização do procedimento, estabelecendo regras e limites de idade gestacional numa lei, mas que permita à mulher e seu companheiro seguirem este caminho com segurança. Profissionais de saúde e instituições podem, por razões filosóficas e religiosas, se abster de oferecer



o serviço, desde que previamente comunicado à autoridade sanitária local. Nossa proposta para reduzir ao máximo o número de abortos é a oferta ampla do planejamento familiar, a educação sexual nas escolas e o fortalecimento das ligações familiares a cargo de cada um dos cidadãos no âmbito de suas famílias.

Nota: Médicos estrangeiros. O recente programa de importação de médicos estrangeiros é a mais completa confissão do Ministério da Educação em seu fracasso de prover os profissionais que o SUS precisa para continuar sua tarefa de expandir a atenção a saúde a todas as classes sociais do país.

Passados já mais de 25 anos do início da implantação do SUS, esta que é certamente a maior reforma social induzida pela Constituinte 87/88, que visa garantir o direito à assistência à saúde a todos os brasileiros, o sistema universitário nacional não teve a capacidade de formar o médico especializado na saúde da família que nós tanto precisamos.

Assim nós encaramos esta importação como uma medida emergencial e de fôlego curto.

Precisamos da formação de médicos generalistas e precisamos de uma carreira nacional que priorize os médicos de saúde da família. Depois a carreira pode ser estendida a outras especialidades, mas deve começar pelos médicos saúde da família.

Quanto aos “médicos importados”, agradecemos sua ajuda ao Brasil. Queremos que eles sejam bem tratados, gostem do nosso país, façam a validação de seus cursos e se desejarem entrem na nossa futura carreira nacional e fiquem morando nas nossas cidades. Sobre os médicos cubanos, vamos tratá-los com o mesmo respeito e gratidão que devemos aos médicos portugueses, argentinos ou espanhóis. E vamos, é claro, pagar os mesmos salários. O que eles vão fazer com o dinheiro é decisão deles. O que não faremos é ser coniventes com um tipo moderno de escravidão





8. CULTURA DE PAZ

A democracia, o respeito aos direitos humanos e a cultura de paz são os componentes necessários para um ambiente onde o desenvolvimento sustentável pode prosperar. A superação da hegemonia da cultura da violência pela hegemonia da cultura de paz nas relações das pessoas, classes sociais, religiões, etnias ou nações é uma revolução tão profunda quanto a revolução verde do desenvolvimento sustentável. É sua irmã legítima e inseparável.

8.1 Carta da Terra

No ano 2000 a ONU lançou o documento Carta da Terra. É um guia ético e moral para convivência entre humanos e entre humanos e o planeta onde eles vivem e convivem com milhões de outras espécies.

Usar a Carta da Terra como material básico nas escolas é o seu uso mais comum que devemos adotar em larga escala. Mas nós queremos mais. Queremos que o Congresso Nacional debata seu conteúdo e, se concordar com o mesmo, incorpore como um documento anexo à nossa Constituição.

Quando a ONU foi criada 1945 tinha como metas: a paz mundial, proteger os direitos humanos e promover a cooperação para o desenvolvimento social e econômico. A Carta da Terra vem completar este conjunto com a preocupação ambiental e reúne em um documento os quatro objetivos.

8.2 Índios, negros, liberdade de orientação sexual e portadores de deficiência

É tradição do PV estar na vanguarda dessas questões que no Brasil fazem parte da defesa dos direitos humanos, da democracia e da cultura de paz.

Reconhecimento dos direitos dos povos indígenas aos meios básicos de sua sobrevivência econômica e cultural, e a realização do seu direito à terra e de tomar suas próprias decisões. Reconhecimento da contribuição da sua cultura ao patrimônio universal.

No caso da liberdade de orientação sexual, o PV apoia o direito ao casamento de pessoas do mesmo sexo, de adoção de crianças por casais do mesmo sexo e quer que haja a criminalização da homofobia como já acontece com o racismo. Quanto aos negros, o PV é o partido dos ideais de André Rebouças e Luís Gama.

A não adoção pela República das medidas de inclusão social previstas por eles na ocasião da abolição da escravidão no final do Império levou à situação que hoje continuamos com o dever de reparar as sequelas do longo período da escravidão. Os portadores de algum tipo de deficiência chegam a 10% da população brasileira e só agora se inicia um processo sistemático de inclusão social que contorne os diversos tipos de dificuldades para sua participação ampla na vida social e econômica do país.

8.3 Forças armadas neste novo contexto de construção da hegemonia da cultura de paz

Queremos que elas fiquem caracterizadas como uma força de autodefesa, o que é uma renúncia definitiva ao recurso da iniciativa de agressão a outro país. Ela deve ter uma conexão regular com as forças de paz da ONU. Deve ser abolido o serviço militar obrigatório, que pode ser substituído por um serviço civil ou militar por livre decisão do jovem interessado que esteja na idade prevista. Isto pode ser um serviço à nação e ao mesmo tempo uma oportunidade de formação



profissional para o jovem. As forças de auto-defesa devem ser profissionais do comando ao soldado. Devem ser requisitos dos nossos oficiais na formação militar elementos de engenharia e ciências naturais. O contingente será reduzido. Porém, esta redução será nas cidades e nas regiões sul e sudeste. Assim poderemos ter reforço nas fronteiras do oeste e norte. Também deve ser uma função das forças armadas o apoio ao desenvolvimento da infraestrutura na Amazônia e no nordeste. É preciso uma presença contínua para proteção dos recursos ambientais do nosso mar. Serão suspensas compras de aviões em andamento e de investimento em equipamentos como o submarino nuclear.

8.4 PV voltará a insistir em um debate nacional visando uma nova consulta plebiscitária sobre uma legislação mais restritiva nas vendas e porte de armas pelos cidadãos em geral

Um novo plebiscito do desarmamento. Julgamos que o porte de armas deve ser monopólio das forças armadas e policiais em serviço. É preciso uma forte repressão ao contrabando e tráfico de armas e um programa para busca e recolhimento de todas as armas em mãos de civis. Isto certamente facilitará a localização e isolamento dos criminosos armados.



8.5 Enfrentar a economia do crime

Uma decisão crucial para enfrentar o tráfico de drogas que tanto sofrimento e infelicidade tem trazido para o país é a imediata legalização, para uso medicinal e recreativo, da maconha. As outras drogas mais pesadas devem ter estratégias a ser implementadas na sequência.

A política proibicionista impulsionada mundialmente nas últimas década tem tido um efeito totalmente contrário aos seus objetivos. O consumo não caiu e, pior, construiu indiretamente uma economia do crime poderosa, violenta, opressiva. O tráfico da maconha é um dos principais pilares desta economia criminosa no Brasil e no mundo. Como ela é uma droga cujos malefícios são equivalentes aos das drogas chamadas legais, como fumo/tabaco e álcool, é por ela que devemos começar com segurança nossa estratégia de confrontar a economia do crime e da violência. Para nós a educação e a assistência à saúde são mais eficientes do que a repressão policial.

Precisamos montar uma estrutura maior de apoio de saúde para os casos mais graves e para as famílias que desejam apoiar os jovens a se livrar de uma dependência. Fique bem claro que o PV não apoia e nem incentiva o uso, seja do fumo, do álcool ou da maconha. O que nós queremos é conseguir que o uso dessas drogas, quando e se acontecer, seja o mais moderado possível para preservar a saúde das pessoas e o equilíbrio das famílias. O PV tem um projeto a este respeito tramitando no Congresso Nacional que oferece como base para uma decisão neste caso.

8.6 Administração Penitenciária

Enquanto a educação e a melhoria das condições de vida fazem seu trabalho de base para uma vida com menos violência, temos uma preocupação emergencial. Como fazer a administração penitenciária de uma forma que os culpados por crimes paguem suas penas e sejam reintegrados ao convívio pacífico dos seus concidadãos? É preciso julgar e prender, porém é preciso recuperar, reintegrar, secando a fonte de soldados cada



8. CULTURA DE PAZ

vez mais violentos da economia do crime. Um complexo penitenciário despreparado e com baixo padrão de respeito aos direitos humanos é uma escola do crime.

Fortalecer a defensoria pública. Multirões para libertar réus que já cumpriram a pena e continuam presos (em 2013 foram analisados 33 mil processos e concedidos 5 mil decisões entre progressão da pena, direito ao trabalho externo, e pode ser feito muito mais). Incentivar a concessão de cautelares diversas da prisão privativa de liberdade (por exemplo, monitoramento eletrônico, proibição de acesso a determinados lugares, recolhimento ao domicílio a noite etc).

Queremos desafogar o sistema carcerário saturado e tornar mais justa a dosimetria da pena. Efetivar o direito ao trabalho e estudo dos apenados como uma forma de preparar a inclusão social. Colônias para trabalho. Manter a atual maioria penal em 18 anos, como estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, acreditando no investimento em educação, recuperação e em planejamento familiar. Apoio ao acolhimento no serviço público e privado de condenados por delitos leves que podem já trabalhar nos regimes abertos e semiabertos. Organizar um sistema de oportunidade de trabalho para réus que já tenham cumprido pena para prevenir a reincidência (por exemplo, potencializar o programa começar de novo). Recuperar e reintegrar a juventude que cometeu algum delito criminoso deve ser uma obsessão do PV.

8.7 Programa nacional mais forte de prevenção à violência no trânsito

Fortalecer a segurança do pedestre e do ciclista e a direção defensiva. Deter o morticínio que hoje é causado pelo uso inseguro da motocicleta. São cerca de 40 mortes por dia no Brasil. Comparando, já chegamos ao incrível número de um óbito de motociclista para cada 3,5 homicídios.

8.8 Bem Estar Animal. Novo Abolicionismo

Além dos programas já tradicionais de preservação da biodiversidade que tratam da proteção de animais silvestres, há outro aspecto que afeta diretamente nossa formação para cultura de paz. É o desrespeito e a verdadeira escravidão animal a que submetemos as espécies animais ditas domesticadas.

Implementar o bem-estar dos animais no país, seja os de produção (para consumo humano), os de estimação (geralmente os cães e gatos), os de trabalho, os selvagens e os de laboratório, é um investimento que vai impactar também na saúde pública, na saúde dos indivíduos e das comunidades, na saúde dos próprios animais e no meio ambiente, além de favorecer a economia e a abertura de novos mercados. Para terem bom nível de bem-estar, além de estarem saudáveis, os animais devem ter suas necessidades físicas e psicológicas supridas. Para tanto, a capacitação de profissionais que lidam com as diferentes espécies é fundamental, bem como a fiscalização nas diversas áreas para coibir práticas que geram sofrimento no controle dos animais trabalhadores e os usados em pesquisa.

Concluimos ainda este subitem com uma defesa da adoção de uma alimentação mais saudável e pacífica. A forma paradigmática deste comportamento é a alimentação vegetariana. Com o desenvolvimento da ciência dos alimentos



e a produção agrícola, é hoje plenamente possível alcançar um ideal de segurança alimentar que dispense totalmente o uso da carne na nossa dieta. É um benefício à nossa saúde, ao meio ambiente (a pecuária é particularmente nociva e causadora de aquecimento global) e à cultura de paz apoiar a abolição desta escravidão e tortura dos animais domesticados.

É claro que a alimentação vegetariana não pode, não deve e nunca será uma imposição. É um esforço pelo exemplo, pelo diálogo para evoluirmos progressivamente para uma alimentação mais saudável e pacífica e ao mesmo tempo incentivar mudanças na produção agrícola que garantam uma segurança alimentar vegetariana ou menos carnívora ao maior número de pessoas que assim o desejarem.





9. DESIGUALDADE MISÉRIA

Com a visão ambiental, preocupação com a redução das desigualdades e a superação da miséria atravessa todos os itens anteriores. No entanto, reconhecendo que progredimos nestes anos de governos democráticos, nós sabemos que nosso país continua sendo um dos mais desiguais do mundo, e muitos dos nossos ainda vivem na miséria. Alguns programas neste período democrático têm sido importantes para diminuir este problema e serão por nós apoiados na sua continuidade.

O primeiro é o benefício de um salário mínimo previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – pós-constituinte para todos idosos e deficientes muito pobres e que não tenham outro benefício de seguridade. Em 2011 o governo federal gastou 0,65% do PIB com este programa. Outro foi a equiparação do piso de 1 salário mínimo da aposentadoria rural em relação ao piso já existente do trabalhador urbano, decisão da Constituinte 87/88 de grande repercussão na zona rural do país. O terceiro é o programa chamado bolsa família, com o qual em 2011 o governo federal gastou 0,45% do valor do PIB daquele ano.

Também melhorias nas políticas públicas saúde e educação, as ampliações de oportunidades de trabalho e a própria descentralização das atividades econômicas pelo país nos últimos anos têm contribuído para melhorar a situação das famílias mais

pobres. São tendências que queremos aprofundar.

Nesse sentido, é nosso propósito apoiar fortemente as redes de produção, de troca e de consumo, solidárias e sustentáveis, que dão forma à economia solidária, da qual o cooperativismo é parte fundamental. A economia solidária, como defende o Prof. Paul Singer, pode ser uma via de desenvolvimento de economia popular e sustentável.

Uma ideia para uma ação mais focada e mais sustentável é destinar uma parcela considerável dos créditos disponíveis em órgãos oficiais como BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica para um grande programa de microfinanças e profissionalização prioritariamente para as mulheres das famílias que hoje recebem o bolsa família no país ou que estejam em famílias perto do limiar de miséria. Estamos seguindo uma orientação de Muhammad Yunus: “os pobres, uma vez capacitados economicamente, são os lutadores mais decididos na batalha para solucionar o problema populacional, dar um fim no analfabetismo, viver vidas mais saudáveis e melhores. Quando os formuladores de políticas finalmente se derem conta de que os pobres são seus parceiros, em vez de espectadores ou inimigos, progrediremos muito mais depressa que hoje”.

Os programas de inclusão são para libertar, dar autonomia, abrir novas perspectivas econômicas para as pessoas. Nesse esforço de gerar empregos e perseguir o pleno emprego, precisamos dividir melhor o acesso ao trabalho. Queremos reduzir de imediato a jornada de trabalho para 40 horas semanais e começar uma transição longa para chegarmos às 30 horas semanais.





10. INTERNACIONALISMO

Se uma consigna pudesse resumir as preocupações dos PVs em todos os países onde estão presentes, e particularmente do PV do Brasil, que aqui trabalha por estas teses há 28 anos, poderíamos usar uma síntese baseada nos escritos e nas vidas de homens como Thoreau, Tolstoy e Gandhi: simplicidade voluntária. Esta é a energia renovável e inesgotável que move a revolução cultural verde.

Este atual ciclo de globalização impulsionado pela expansão dos meios de comunicação e transportes, se bem administrado por uma governança global, pode trazer benefícios para todo planeta. Não é isto que tem acontecido na verdade, pois o poder dos mais fortes tem se sobreposto a uma possível vontade das maiorias que poderiam se expressar por uma democracia ampliada mundialmente. Os mais fortes têm se aproveitado da falta de regras mundiais que exerçam uma ação moderadora sobre seus apetites selvagens.

O que precisamos para superar a brutal e insustentável desigualdade entre Estados Unidos da América e Etiópia, ou entre Japão e Honduras, é uma evolução amadurecida passo a passo por políticas públicas internacionais em direção a uma Federação Democrática de Nações. Isto vai permitir a preservação da riqueza da nossa diversidade cultural e vai permitir uma convergência dos padrões de qualidade de vida que superem a extrema riqueza e a extrema pobreza hoje existente.

As duas mais importantes experiências nas últimas décadas pós segunda grande guerra de onde devemos tirar ensinamentos para colocar o Brasil na vanguarda desta construção são a ONU e a Comunidade Europeia. Com todas suas limitações e contradições, a ONU tem dado mostra de capacidade histórica e inédita de gerar pautas progressivas para políticas públicas. A Comunidade Europeia vem mostrando capacidade de fechar feridas antigas e dolorosas de ódios seculares, caminhar para uma convivência com diversidade e progredir na

convergência de padrões de bem estar entre os países reunidos no seu território.

Apoiamos a ONU como organização global para gerenciar conflitos e manter a paz, ressaltando que no caso de falhas de medidas de prevenção e nas situações de violação estruturais e maciças dos direitos humanos e/ou genocídio, o uso da força pode ser justificado se significar o único meio de prevenção contra a continuidade da violação dos direitos humanos e sofrimento, desde que a decisão e o comando sejam na ONU. Cada nação, e mais ainda o Brasil pelo seu peso crescente no cenário internacional, deve fazer o trabalho de desenvolvimento sustentável e superação da miséria no seu território, mas ter consciência que não há uma salvação isolada de um país. Por mais poderoso que seja, isto é atualmente um delírio nacionalista e até reacionário.

Devemos ser um sujeito consciente e ativo neste processo, e não ser arrastado por ele. Na construção de uma governança global o Brasil, por sua história, pelas suas riquezas ambientais e pelo temperamento de seu povo mestiço e cosmopolita, pode ter atuação destacada. São dois os nossos principais campos de atuação: cultura de paz e desenvolvimento sustentável. Lembrando que estas forças caminham sempre juntas com a defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento da democracia. Estas são as linhas fortes do nosso trabalho na política internacional.

Algumas propostas de desenvolvimento desta política:

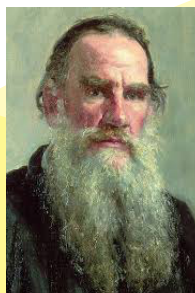
- Metas de redução não voluntárias de emissões de gases efeito estufa proporcionais às responsabilidades históricas e atuais.
- Metas de redução de gastos com orçamentos militares. Baniamento de armas atômicas.
- Metas de convergência nas obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- Democratização das instâncias decisórias da ONU, inclusive conselho de segurança.
- Prioridade para aproximação e acordo de livre comércio do Brasil com a comunidade europeia.
- Compromisso com o desenvolvimento sustentável do continente africano.

A FORÇA DA SIMPLICIDADE VOLUNTÁRIA

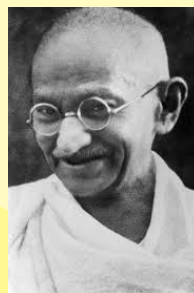
Se uma consigna pudesse resumir as preocupações dos PVs em todos os países onde estão presentes, e particularmente do PV do Brasil, que aqui trabalha por estas teses há 28 anos, poderíamos usar uma síntese baseada nos escritos e nas vidas de homens como Thoreau, Tolstoy e Gandhi: simplicidade voluntária. Esta é a energia renovável e inesgotável que move a revolução cultural verde.



Henry Thoreau
EUA (1817 – 1862)
“Desobediência Civil” “Walden/Nos Bosques”



Liev Tolstói
Rússia (1828 – 1910)
“Guerra e Paz”



Mahatma Gandhi
Índia (1869 – 1948)
“Minha vida e minhas experiências com a verdade”

ESPALHE AS DIRETRIZES DO PV : http://pv.org.br/wp-content/uploads/diretrizes_pv.pdf

AS DIRETRIZES TAMBÉM PODEM
SER ACESSADAS POR MEIO ELETRÔNICO:

<http://pv.org.br/2014/03/22/diretrizes-programaticas-eduardo-jorge-e-o-pv-querem-saber-a-sua-opinioao/>

AS CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMA DEVEM SER ENVIADAS AO E-MAIL:
DIRETRIZESPROGRAMATICAS@PV.ORG.BR

Esta publicação foi elaborada e
distribuída no dia 22 de março de 2014.